

## **MEMÓRIAS**

Em “Memórias” elaboramos pequenos textos que relatam a atuação e importância de certas organizações, movimentos sociais e pessoas apoiaram, apoiam e lutam pela melhoria da condição de vida de pescadoras e pescadores.

Na primeira parte, trazemos um pouco da história do Conselho Pastoral da Pesca, de Irmã Nilza e da Articulação das Mulheres Pescadoras de Pernambuco.

Na segunda parte, apresentamos narrativas que contam, de maneira breve, trechos da trajetória de vida de mulheres que ocuparam ou ocupam espaços de poder nas colônias e associações de pescadores/as no estado de Pernambuco.

## **Primeira parte<sup>1</sup>**

### **O CONSELHO PASTORAL DA PESCA E A HISTÓRIA DA IRMÃ NILZA**

As nossas pesquisas sobre Itapissuma dialogam com a história do Conselho Pastoral da Pesca (CPP) neste município, da Colônia de Pescadores, dos Movimentos Sociais relacionados à pesca artesanal e do empoderamento/agendamento das profissionais desta cadeia produtiva, especialmente Articulação de Mulheres Pescadoras.

Em seu site na internet, o CPP se define como sendo: “Uma pastoral social ligada a Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade Solidária, Justiça e Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. O CPP é composto por agentes pastorais, leigos, religiosos e padres comprometidos com o Serviço junto aos pescadores e pescadoras artesanais na construção de uma sociedade justa e solidária.”. A instituição define como sua missão: “Anunciar aos pescadores e as pescadoras a força libertadora do evangelho revelado aos pobres e através dele promover a transformação das estruturas geradoras de injustiça, tornando-os agentes de sua história e construtores de uma nova sociedade.”.

O trabalho do CPP, ao qual nos referimos nas pesquisas, teve início no ano de 1968 nas praias de Olinda (PE). Foi iniciado pelo Frei Alfredo Schnuettgen, que fazia parte de uma ala progressista da Igreja Católica, influenciada pela Teologia da Libertação. A sensibilização e identificação com o trabalho pastoral de Frei Alfredo em defesa de pescadores e pescadoras, levou-o, então vigário de Fátima, Olinda/PE, a aproximar-se dos pescadores da praia do Carmo e, nesta praia, ele lançou a rede da Pastoral dos Pescadores. Com o apoio da CNBB e bispos como Hélder Câmara, Lamartine Soares, expandiu a atuação pastoral até o litoral norte paraibano, mais precisamente em Acaú e Pitimbu e no Estado de Alagoas, persistindo na defesa dos pescadores contra o autoritarismo dos governos através da Marinha brasileira dentro das colônias e federação de pescadores. Em 1976 foi reconhecida a nível nacional pela CNBB. A formação do CPP se deu em um momento político de precarização das colônias e de marginalização dos pescadores e pescadoras. Nesse contexto o CPP tenta organizar os trabalhadores na tentativa que eles conquistem a sua unidade representativa (a colônia) que estava entregue à indivíduos menos comprometidos com as necessidades dos pescadores (as).

---

<sup>1</sup> Os textos elaboradas nesta primeira parte foram escritos pela colaboradora Claudia Lima e bolsista Amanda Gonçalves, sob a supervisão e revisão da profa. Dra. Maria do Rosário

No seu discurso, o CPP se propõe a promover o serviço pastoral aos pescadores e pescadoras, tendo como finalidade o protagonismo social e político, fortalecer e promover as relações de igualdade de gênero, incentivar o trabalho coletivo e a zelar para que aconteçam gestões baseadas nos princípios democráticos das organizações da categoria. Promovendo reuniões com os pescadores e pescadoras com o objetivo de esclarecer os direitos desses trabalhadores e conscientizá-los da importância da Colônia como uma entidade de classe.

Atualmente a Pastoral tem contribuído especialmente na Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras, tema defendido em Boletim da CNBB, de 24-04-2012, no qual afirma que *“Sem a garantia do acesso à terra, elemento base da cultura e da economia dessas populações, elas continuarão a sofrer opressão, marginalização, exclusão e expulsão, promovidas por empresas depredadoras, pelo turismo, a especulação imobiliária, o agronegócio e pelos projetos governamentais, como as grandes barragens, que têm invadido áreas cultivadas, alterando o ciclo da vida dos rios e provocando o despovoamento de suas margens”*.

### **IRMÃ NILZA MONTENEGRO**

A história de vida da Irmã Nilza está entrelaçada a história da Colônia de Pescadores de Itapissuma/PE, a Z-10, dialoga com as memórias do Conselho Pastoral da Pesca (CPP), neste município, e de alguns Movimentos Sociais relacionados à pesca artesanal, especialmente ao empoderamento/agendamento das profissionais desta cadeia produtiva e a criação da Articulação de Mulheres Pescadoras.

Integrante da congregação das Irmãs de Santa Dorotéia, a Irmã Nilza de Miranda Montenegro é natural de Areia-PB e formada em Sociologia pela Universidade Católica do Chile. Foi viver e trabalhar em Itapissuma na década de 1970. A religiosa começou a se aproximar dos pescadores e pescadoras, observando o cotidiano desses trabalhadores e percebendo a dura realidade que vivenciavam. Em reunião com as pescadoras e pescadores, a religiosa apoiava as suas lutas por melhorias de vida e fazia com que eles questionassem a situação de invisibilidade social em que se encontravam. A irmã Nilza acompanhava às famílias da colônia, inclusive com a assistência médica, além das conversas à beira da maré, que foram essenciais na criação de laços de confiança com os membros da Colônia. Em oficinas participativas com as mulheres de Itapissuma e Pontes dos Carvalhos, ela incentivava discussões que provocavam uma reflexão sobre o cotidiano e as dificuldades do universo da pesca.

O contato próximo e diário com este universo levou a religiosa a perceber que a realidade das mulheres pescadoras era ainda mais dura, pois elas não tinham seus direitos trabalhistas reconhecidos pelo Estado. Em decorrência deste trabalho e dos laços que iam se estreitando, as pescadoras, com apoio da Irmã Nilza, elaboraram um documento e solicitaram à Superintendência de Desenvolvimento da Pesca- SUDEPE-( extinto órgão governamental que era responsável pela gestão da atividade pesqueira)- o reconhecimento formal das pescadoras enquanto profissionais da pesca. Essa ação possibilitou que em 1979, após um ano de espera e persistência, as pescadoras finalmente adquirissem o direito de acessar o Registro Geral da Pesca, documento que lhes garante todos os benefícios trabalhistas, como a aposentadoria, o auxílio doença e maternidade.

A irmã Nilza teve um papel admirável na luta por melhores condições de vida dos pescadores e pescadoras de Pernambuco, seus esforços se somaram ao de homens e mulheres que fazem Itapissuma o maior produtor de pescado do Estado.

Ela plantou uma sementinha em terreno fértil. Apoiou, incentivou várias mulheres no processo de apropriação de seus direitos e até hoje este encontro vem gerando frutos<sup>2</sup>.

### **A ARTICULAÇÃO DE MULHERES PESCADORAS DE PERNAMBUCO**

A Articulação das Mulheres Pescadoras de Pernambuco se concretiza na condição de movimento social em 2004 durante o I Encontro Nacional das Trabalhadoras da Pesca, em Brasília. No seu discurso, elas argumentaram que estavam insatisfeitas com o não atendimento, por parte do governo federal, de certas demandas levantadas por elas, foi definida uma comissão por estado, responsável por discutir e reivindicar os direitos das mulheres. A Articulação, independente às demais organizações de pescadores e reconhecida como uma diretoria representativa está organizada da seguinte maneira: a coordenação nacional possui duas representantes de cada estado e a coordenação estadual possui seis. A diretoria possui mandato de dois anos e é composta por pescadoras de diferentes municípios do estado. Em Pernambuco, esta coordenação, eleita pelo fórum das mulheres pescadoras, é composta por: Joana Mousinho (Colônia Z-10- Itapissuma), Maria Aparecida (Colônia Z-25

---

<sup>2</sup> Para saber mais sobre a história de Irmã Nilza, consultar: FURTADO, Gilmar Soares & LEITÃO, Maria do Rosário. *Lançando Rede Tecida e Retecida na Esperança de Garantir Peixe e Sonho*, em: XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Recife, PE – 2 a 6 de setembro de 2011. FURTADO, Gilmar Soares *Rede Tecida e Retecida: Saber e Cultura na Comunidade de Pescadores de Itapissuma – Pernambuco (1975-2009)*, Dissertação defendida em 2010.

- Piedade), Maria das Neves dos Santos (Colônia Z-18 – Lagoa do Carro), Cícera Estevão Batista (Colônia Z-07 – Rio Formoso), Ana Angélica (Povos de São Lourenço) e Maria da Guia (Floresta).

Nos fóruns e reuniões da Articulação, o grupo expõe as dificuldades enfrentadas pelas mulheres nos locais onde moram, realizam críticas e definem encaminhamentos que objetivam a construção efetiva de políticas públicas que promovam o acesso e a garantia dos direitos das pescadoras. Este espaço de discussão e atuação desempenha um papel de intermediação entre as mulheres pescadoras que se situam na base, ou seja, nas vilas e comunidades pesqueiras do estado, e as instituições governamentais (como MPA, MDA, Ministério do Trabalho, INSS), o CPP e também Universidades.

Os encontros da Articulação se configuram ainda como um espaço social no qual há o estabelecimento de vínculos que proporcionam uma maior interação frente a possíveis conflitos, num contínuo desenvolvimento social coletivo.

## Segunda parte<sup>3</sup>

### MULHERES NA PESCA, MULHERES NO PODER

#### IOANA MOUSINHO – PRESIDENTE DA COLÔNIA Z-10/ ITAPISSUMA

#### A 1ª MULHER ELEITA PRESIDENTE DE COLÔNIA DO BRASIL<sup>4</sup>

Primeira mulher a ser eleita presidente de colônia de pescadores no Brasil, em 1988, a vida de Joana Mousinho, pernambucana de Itapissuma, 57 anos, mãe de 4 filhos (2 falecidos), serve de exemplo e inspira a vida de tantas outras mulheres guerreiras desse nosso país.

Antes de ser presidente de colônia e também atuar na presidência da Federação dos Pescadores em Pernambuco, Joana viveu muitas experiências. Sua vida é uma luta desde cedo e aos 8 anos já estava inserida na lida do trabalho pesqueiro. Joana é uma dos 10 filhos de seus pais. A vida não era fácil e as dificuldades de sustento do mundo da pesca faziam com que todos os filhos ajudassem nas tarefas de casa e também a complementarem a renda da família. Assim, além de pescar, ela lavava roupa para outras pessoas, carregava lenha e água na cabeça pra vender. Aprendeu com seu pai a tecer a rede à mão. Os ensinamentos vinham à noite, quando sentavam todos os irmãos juntos, para aprenderem este saber-fazer. A infância de luta e privações é lembrada com muito carinho por Joana que afirma ter muito orgulho da criação que recebeu de seu pai e de sua mãe.

Quando moça, trabalhou em fábrica consertando redes de pesca além de já ter trabalhado como doméstica. Ofício que ela diz não ter se adaptado, pois se sentia *presa como um pássaro na gaiola*.

Mulher de personalidade forte, Joana se auto define como "rebelde". Diz que, quando criança, era respondona e contrariava as ordens do pai constantemente. Por essas e outras chegou a levar três surras seguidas, pois não parava de lhe responder de maneira malcriada.

---

<sup>3</sup> Os textos elaborados nesta segunda parte foram escritos pela bolsista Lívia Tavares Froes, sob a supervisão e revisão da profa. Dra. Maria do Rosário.

<sup>4</sup> O texto baseia-se em entrevista concedida às integrantes do GPDESOUFRPE Amanda Gonçalves e Lívia Froes, no dia 30/04/2013, no espaço da colônia Z-10/Itapissuma. A entrevista faz parte das atividades da pesquisa: *“Transversalidade de gênero nas políticas públicas, nas relações de poder e no trabalho: o cotidiano das mulheres na cadeia produtiva da pesca artesanal”*, coordenado pela profa. Dra. Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão/UFRPE. O projeto encontra-se em andamento e realizaremos mais entrevistas com mulheres pescadoras.

Será que essa característica aguerrida lhe ajudou a enfrentar os obstáculos como militante pelos direitos dos pescadores e principalmente pela condição da mulher na pesca?

Seu ingresso na atuação política da colônia começou por volta de 1975. Por insistência de irmã Nilza<sup>5</sup>, Joana começou a frequentar as reuniões da Colônia Z-10. Naquela época, as mulheres não tinham o direito de tirar a carteira de pesca e segundo ela nos conta, em várias colônias, as mulheres não podiam nem chegar perto da porta. Nesse sentido, o trabalho de irmã Nilza foi extremamente importante, pois ela incentivava enormemente a participação feminina na colônia. Foi quando, sob orientação da religiosa, as mulheres de Itapissuma elaboraram um documento reivindicando seu direito pelo registro como pescadora. Primeiramente o documento foi enviado para Recife e posteriormente à Brasília, para a SUDEPE (Superintendência de Desenvolvimento da Pesca). Ansiosas pelo retorno do órgão, algumas mulheres foram até Recife e conversaram com o superintendente da SUDEPE. Ao ser questionado pelas mulheres onde estava o documento, o superintendente vasculhou suas gavetas e o encontrou. Era a autorização para que elas tirassem seu registro de pesca. Assim, as primeiras mulheres a serem registradas foram as pescadoras de Itapissuma.

Importante lembrar também que sua irmã, Margarida Mousinho também frequentava a colônia e começou a se envolver, como Joana, cada vez mais na luta. Na década de 1980 Margarida foi secretária e quando o presidente renunciou ela assumiu o cargo de presidente.

Antes de ser presidente, Joana foi do conselho fiscal e depois secretária da colônia. Eleita em 1988, Joana se afastou da presidência no ano de 2005 e voltou a exercer o cargo de secretária. Após esse período, se reelegeu novamente como presidente. Seu mandato acaba em dezembro deste ano e diz que será o último, será que a comunidade de pescadores vai deixar Joana se afastar do cargo?

A reação masculina quando ela foi eleita foi nada amigável e tranquila. Muitos homens não aceitaram. Chegaram a afirmar que mulher só servia mesmo para *ficar atrás do fogão, com uma bacia de roupa e muito mal servia pra fazer isso ou aquilo quando o homem tivesse com vontade*. Joana já sofreu tentativas de violação do seu corpo dentro da própria colônia e nos conta que para ser reconhecida e respeitada como presidente precisou se impor, muitas vezes de forma agressiva. Hoje em dia, ela avalia que a situação é melhor, apesar da existência

---

<sup>5</sup> Irmã Nilza realizou importante trabalho junto às pescadoras e pescadores de Itapissuma, incentivando a participação das mulheres nas atividades da colônia e fornecendo grande auxílio na reivindicação de seus direitos de registro como pescadoras. Para mais detalhes de sua história, consulte as páginas 2 e 3 deste documento.

e permanência de homens machistas. Contudo, boa parte dos associados da colônia reconhecem seu trabalho.

Após a eleição de Joana como presidente de colônia de pescadores em 1988, várias outras mulheres se inspiraram neste exemplo e perceberam que era possível chegar a essa posição. Ainda assim, apesar da vontade, muitas não se enxergam capazes para assumir um cargo de liderança. A partir do que nos relatou Joana, percebemos que o desafio atual para uma mulher chegar a um cargo de decisão e poder ainda é grande, e não só para aquelas no mundo da pesca, mas as que estão envolvidas com os movimentos sociais, trabalhistas e também na política institucional.

O desafio é grande, mas essas mulheres são maiores ainda!<sup>6</sup>

**MARIA DE LOURDES RODRIGUES DE OLIVEIRA ou DONA LOURDINHA –  
PRESIDENTE DA COLÔNIA Z -03/PONTA DE PEDRAS<sup>7</sup>**

Maria de Lourdes, mais conhecida como Lourdinha, nasceu na praia de Atapuz. Passou toda sua infância nesta comunidade, saindo de lá aos 16 anos. Em 1985, mudou-se com os pais para Ponta de Pedras, outra localidade do município de Goiana em Pernambuco e local de nascimento de sua mãe. Atualmente encontra-se com 41 anos, é casada e mãe de uma filha.

Passou sua infância pescando marisco e siri, acompanhando as vizinhas mais velhas de sua comunidade. Enquanto isso, seu pai levantava-se cedo e ia de canoa pescar manjuba. Sua mãe tecia e remendava rede. Além de pegar marisco, ela e seus irmãos (são seis filhos no total) iam buscar lenha para cozinhar o marisco e depois o debulhar. Naquela época, não havia botijão a gás, nem energia elétrica onde viviam. Parte do marisco coletado era reservada ao consumo interno da família e o restante vendido. As tarefas na pesca marcaram fortemente a

---

<sup>6</sup> Para saber mais sobre a história de Joana Mousinho consultar textos de autoria de Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão, neste site, especialmente 30 anos de Registro Geral da Pesca para Mulheres (2010) e Gênero e políticas públicas na pesca artesanal de Itapissuma. In *Comunicação, gênero e cultura em comunidades pesqueiras contemporâneas* (Org.) Angelo Brás Fernandes; TAUKE SANTOS, Maria Salett; GEHLEN, Vitória Régia Fernandes (Orgs.). Recife : FASA, 2009, p 161 – 174.

<sup>7</sup> Texto baseado em entrevista concedida à Lívia Tavares Froes em 07/06/2013, na casa da presidente. A entrevista faz parte das atividades da pesquisa: “*Transversalidade de gênero nas políticas públicas, nas relações de poder e no trabalho: o cotidiano das mulheres na cadeia produtiva da pesca artesanal*”, coordenado pela profa. Dra. Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão/UFRPE.



rotina diária de Lourdinha quando criança, imprimindo marcas em seus dedos que se cortavam devido à cata manual de mariscos e às condições específicas do local de coleta. Naquela região, além da lama há bastante alga entre os mariscos, o que provoca os pequenos cortes quando catados à mão. Lourdinha, sua mãe e seus irmãos também tratavam a manjuba pescada pelo pai. Secavam o peixe e o salgavam, deixando preparado para quando o comprador chegasse. O trabalho, segundo nos relatou Lourdinha, era todo feito em família.

A mudança para Ponta de Pedras modifica sua rotina de pesca. Se, em Atapuz, ela e as irmãs iam com frequência catar marisco e siri, em Ponta de Pedras o mesmo não aconteceu. A longa distância entre o mangue e a residência da família, o fato de conhecerem poucos vizinhos e não possuírem uma familiaridade com eles levaram Lourdinha a se dedicar a outras atividades em espaços distintos como na feira (vendendo bananas, bolo, galinha), em pequenas lojas comerciais, em peixaria, em divulgadora (fazendo anúncios e propagandas para o comércio local) e também como professora, após de formada em magistério e posteriormente em Pedagogia. Lourdinha diversificou suas experiências de trabalho, mas isso não a afastou da pesca. Na juventude, aprendeu com sua mãe a tecer e remendar rede, ofício que também lhe gerou renda e fazendo com que pudesse auxiliar financeiramente seus pais.

Ter vivido uma infância dentro da pesca, viver e presenciar a luta diária dos pais e irmãos, muitas vezes desprovida de qualquer direito, sem terem acesso à carteira de pescador, aposentadoria, etc, motivou Lourdinha a buscar maiores informações na colônia e conquistar, pouco a pouco, um espaço de importância lá dentro. Ela relata que quando jovem, era bastante comum a falta de acesso às informações sobre os direitos dos pescadores. Se para os homens era difícil, a situação da mulher era duplamente complicada, pois além de não ser informada dos seus direitos, boa parte delas sofriam algum tipo de repressão por parte dos maridos.

A jovem Lourdinha foi bastante persistente. Diariamente passava na porta de colônia de Ponta de Pedras e interessada em aprender e também melhorar sua vida e dos pescadores em seu entorno, oferecia ao presidente seus serviços de digitação. Após ouvir vários “nãos”, em 1996 ela começa a contribuir na colônia como voluntária, digitando documentos e realizando reuniões com as mulheres pescadoras, divulgando informações e direitos da classe.

Além disso, é importante mencionar que em Ponta de Pedras aconteceu o Projeto Prorenda Rural/PE, no período de 1996 a 2000, e teve como foco a pesca artesanal e que enfocou também a questão de gênero, apoiando a inserção de mulheres e jovens na atividade

produtiva<sup>8</sup>. Assim, Lourdinha e também outras mulheres da região foram fortalecidas pelas discussões e reflexões realizadas a partir do projeto. Quando nos lembramos da história de Joana Mousinho, vemos como esses apoios e momentos de discussão e reflexão são extremamente importantes no processo de empoderamento das mulheres.

Em 1999, a partir do reconhecimento de seu trabalho com as mulheres na colônia Lourdinha foi convidada para compor chapa e atuar como secretária. Situação que para muitos causou forte estranhamento. Rebuliço maior foi quando ela, incentivada por várias pescadoras e pescadores, decide se candidatar à presidência em 2006. Para alguns homens isso significou uma afronta tão grande que sua candidatura foi caçada duas vezes e também a ameaçaram com arma de fogo no dia da eleição. Porém, sua determinação lhe deu forças e o desejo dos pescadores falou mais alto elegendo-a naquele ano e a reelegendo em 2010.

Atualmente Lourdinha se dedica totalmente à rotina da colônia. Seu mandato termina em 2014 e deseja que sua sucessora ou sucessor continue o trabalho trilhado com tanta luta, carinho e persistência.

**MARIA MARGARIDA DE LIRA JACKES – PRESIDENTE COLÔNIA Z-05/  
TAMANDARÉ<sup>9</sup>**

Nascida em 1946, no município de Tamandaré, Dona Margarida criou-se e passou toda sua vida nesta porção do litoral pernambucano.

Criada com as avós, ela relata uma infância sofrida de recursos materiais, mas rica em aprendizados. Ela enfatiza e agradece imensamente a educação voltada pra honestidade que recebeu de seu avô.

---

<sup>8</sup> A ação foi coordenada pelas professoras Elsa Maria Marques Vieira e Isa Maria Meira Rocha de Lima. Para maiores informações sobre o projeto e suas ações consultar :*“Um novo olhar para a extensão pesqueira: gênero na prática organizativa das mulheres marisqueiras”* , artigo escrito pelas professoras Elsa e Isa e presente no livro *Extensão pesqueira: desafios contemporâneos/Organização PRORENDAS RURAIS*. – Recife: PRORENDAS RURAIS – PE, 2003.

<sup>9</sup> Texto baseado em relato fornecido à Livia Tavares Froes, no dia 18/06/2013, na colônia Z-05, em Tamandaré. A entrevista encontra-se inserida nas atividades da pesquisa: *“Transversalidade de gênero nas políticas públicas, nas relações de poder e no trabalho: o cotidiano das mulheres na cadeia produtiva da pesca artesanal”*, coordenado pela profa. Dra. Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão.

Habitou-se à vida no mangue desde cedo. Pegava siri, ostra, caranguejo, sururu, marisco. Aprendeu a tecer rede ainda criança, aos 7 anos. Ainda hoje faz muitas redes para os pescadores.

Quando em 1979, as mulheres pescadoras conquistaram o direito de se registrarem como profissionais nas colônias, Dona Margarida logo fez sua carteira e foi a primeira mulher de Tamandaré a ser registrada.

Atenta ao que ocorria ao seu redor ela acreditava que a colônia tinha o papel de garantir o direito e auxiliar os pescadores em casos de acidente ou doença. Ela não se esquece da importante e inspiradora atuação de Padre Paulo em prol da construção e fundação da colônia de Tamandaré. Ele foi um holandês que se encantou com a região e decidiu fixar residência nessa parte do litoral pernambucano. No entanto, um triste episódio interrompeu o trabalho do padre, que foi misteriosamente assassinado em 1978. Mas suas atitudes permanecem vivas na memória dos pescadores da colônia Z-05. Em homenagem ao seu trabalho, uma grande foto de seu dorso foi emoldurada e pregada na sede da colônia.

Dona Margarida superou as dificuldades e surpreendeu quem não acreditava que ela pudesse se eleger. Ela chegou inclusive a ouvir que só teria o voto dela mesma, do marido e dos filhos. Em 2009, ao formar chapa pela segunda vez ela consegue se eleger. Um dos grandes desafios que ela encontrou foi reerguer e resolver uma série de problemas deixados pela gestão anterior. Ela se articulou com outros apoiadores da colônia (como presidentes de outras colônias e associações da região, além de créditos como Pró-rural) e juntamente com os associados a colônia foi, aos pouquinhos, reestruturada, conseguindo inclusive providenciar instrumentos de trabalho para as associadas e associados.

A presidente conta que a participação feminina nas reuniões e discussões que ocorriam na colônia era pouca no início. Mas ao verem Dona Margarida na presidência elas se identificaram e se sentiram confiantes para frequentarem o espaço, que afinal de contas, é para homens e mulheres. Assim, gradativamente o número de mulheres inscritas e participantes dos encontros vai aumentando. Hoje em dia, algumas delas já avisam “*Não esquece de me chamar pra reunião hein Dona Margarida?!*”.

**ENILDE LIMA- PRESIDENTE COLÔNIA Z- 09/SÃO JOSÉ DA COROA GRANDE**

Enilde, natural de São José da Coroa Grande, tem 47 anos, viúva e mãe de 4 filhos. Filha de pescador e mãe marisqueira e agricultora, também aprendeu cedo a lida no mundo da pesca.

Assim como acontece com várias mulheres, não só no mundo na pesca, a violência doméstica esteve presente em boa parte de sua trajetória de vida. Seu padrasto alcoólatra violentava sua mãe constantemente e tentava violentar Enilde também. Tempo difícil no qual não havia nenhuma lei de amparo e assistência à mulher vítima de violência doméstica. Quando adolescente, sofreu tentativas de assassinato pelo padrasto e chegou a precisar ser escoltada por policiais para frequentar a escola. Naquela época não havia uma lei de amparo e assistência à mulher vítima de violência. Ao recordar esses fatos de sua vida Enilde reconhece a importância atual da Lei Maria da Penha e ainda que atualmente muitos anunciem em alto e bom som: - “Briga de marido e mulher não se mete a colher!” a Lei é um marco extremamente importante no caminho para a erradicação da violência doméstica.

Infelizmente, seu tormento continuou com o casamento. Jovem, aos 17 anos se casa. Em pouco tempo o marido começa a abusar do álcool, perde o emprego e deixa Enilde com a sobrecarga de sustentar os filhos, ele e ainda cuidar das tarefas domésticas.

O apoio de parentes foi essencial para superar os momentos difíceis. Tias, avó, cunhada, irmã lhe amparavam quando adolescente e na fase adulta, casada e com filhos, lhe ajudavam a tomar conta dos pequenos enquanto ela se dividia entre as atividades na pesca, nas tarefas domésticas e de vez em quando nas feiras, vendendo produtos agrícolas.

À medida que os filhos foram crescendo, Enilde passou a se envolver e a se interessar mais pelas atividades na colônia. Sempre na beira da praia, tratando os peixes, catando marisco, ela refletia sobre a própria situação difícil e a de muitas companheiras e companheiros pescadores. Sua personalidade questionadora encontrou força, apoio e crescimento por meio de assessorias e cursos promovidos pelo Conselho Pastoral da Pesca, pelos encontros da Articulação das Mulheres Pescadoras de Pernambuco e também pelas oficinas promovidas pelo GPDESOUFRPE (sob coordenação da profa. Rosário Andrade). Nesses importantes espaços de formação e troca de experiências Enilde teve acesso a várias

informações sobre a garantia de direito dos pescadores e fazia questão de compartilhar o que aprendia.

Insatisfeitos com a administração anterior, os pescadores, com apoio do CPP convocam novas eleições e a candidatura de Enilde é lançada. Em 2010 Enilde é eleita presidente da colônia de pescadores de São José da Coroa Grande e cogita, caso seja de desejo da comunidade pesqueira, uma reeleição. Apesar do trabalho árduo, ela relata se sentir extremamente satisfeita em poder contribuir pela melhoria das condições de vida de pescadoras e pescadores da colônia Z-09.

### **LÚCIA MARIA DOS SANTOS – PRESIDENTE DA COLÔNIA Z-15/ATAPUZ<sup>10</sup>**

Lúcia Maria dos Santos tem 50 anos e nasceu em Barra de Catuama. Mudou-se ainda bebê, com sua mãe para Atapuz, onde passou a maior parte de sua vida e local atual de residência. As duas localidades pertencem ao município de Goiana em Pernambuco

A inserção no mundo do trabalho na pesca começou cedo. Aos 13 anos de idade sabia tratar peixes como espada e sardinha. A tarefa de limpar o peixe e pegar marisco era sempre realizada em companhia de colegas da mesma idade. Aprendeu o ofício observando os adultos trabalharem, na casa de sua madrinha, cujo marido era pescador. Essa família acolheu Lúcia aos 3 anos de idade a pedido de sua mãe, que não tinha condições de sustentá-la e seus outros 2 irmãos. Sua mãe levava uma vida extremamente difícil e precária. Sem o apoio e a presença do pai de seus 3 filhos, os criava e sustentava sozinha. Além disso, a inexistência de parentes próximos que pudessem lhe apoiar levou a mãe de Lúcia a solicitar ajuda à comadre, pedindo que a criasse. Aos 12 anos, sua mãe biológica falece.

Com sua mãe de criação ela aprendeu outros ofícios, como costurar, bordar, fazer crochê, habilidades que futuramente lhe auxiliariam a gerar renda para se sustentar. O conhecimento da costura possibilitou que Lúcia se mudasse para o Rio de Janeiro, onde morou

---

<sup>10</sup> Texto baseado em entrevista concedida à Livia Froes, no dia 07/05/2013, na casa da pescadora, em Atapuz. A entrevista faz parte das atividades da pesquisa: *“Transversalidade de gênero nas políticas públicas, nas relações de poder e no trabalho: o cotidiano das mulheres na cadeia produtiva da pesca artesanal”*, coordenado pela profa. Dra. Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão/UFRPE. O projeto encontra-se em andamento e realizaremos mais entrevistas com mulheres pescadoras.

por 5 anos, trabalhando em uma confecção. Por volta dos 26 anos, retorna à Atapuz e ao universo da pesca.

Por volta dos anos 2000, Lúcia, cada vez mais participativa nas reuniões da colônia, é convidada pelo presidente para compor a diretoria como tesoureira. A princípio ficou bastante relutante, pois pouco sabia sobre a atuação numa colônia de pescadores. Gradualmente foi aprendendo e se apropriando das responsabilidades e das demandas da colônia. Lúcia passou a comparecer constantemente às reuniões fora da comunidade e a se ocupar cada vez mais das responsabilidades da presidência. Não havia eleição há 9 anos e por intermédio da Pastoral dos Pescadores, definiu-se que era o momento de convocar eleições. Vale destacar a atuação do trabalho de agentes do CPP que exerceram e exercem importante papel na melhoria das condições de vida de pescadoras e pescadores em Pernambuco<sup>11</sup>.

Naquele momento, membros da Pastoral indagaram Lúcia sobre a possibilidade dela se candidatar como presidente. Vacilante, ela recuou e disse que a candidatura não fazia parte dos seus planos. Ao mesmo tempo, uma engenheira que atuava com os pescadores da região na época, percebendo em Lúcia suas capacidades, incentiva e aconselha sua candidatura. Após muita reflexão, vários conselhos e apoio, ela se candidata e ganha as eleições. Atualmente encontra-se no terceiro mandato.

Para Lúcia, a colônia de Atapuz possui uma participação boa das mulheres. Contudo, a sede é utilizada esporadicamente, quando há reuniões. O espaço físico da colônia, segundo a presidente, é de difícil acesso além de ser um local deserto, sem casas e construções vizinhas. O atendimento diário ao pescador é realizado na sua própria casa de Lúcia.

Apesar da rotina difícil e atarefada de presidente de colônia, Lúcia, como várias outras presidentes de Pernambuco, manifesta uma enorme satisfação em poder contribuir na luta pela garantia dos direitos e de melhoria de vida dos pescadores.

---

<sup>11</sup> Para maiores informações sobre o CPP, consultar o início deste documento, na página 2.

**MIRIAM MOUSINHO – SECRETÁRIA DA COLÔNIA Z-10/ITAPISSUMA<sup>12</sup>**

Miriam é mais uma guerreira da família Mousinho, de Itapissuma. Sobrinha de Joana e Margarida (as primeiras mulheres presidente de colônia de pescadores no Brasil), Miriam tem 45 anos, 2 filhos e vive em união estável com um companheiro. Nascida em uma maternidade de Igarassu, morou a vida inteira em Itapissuma, municípios vizinhos.

Quando questionada sobre sua trajetória no mundo do trabalho, Miriam afirma que há pouca coisa que não tem a ver com o mundo da pesca. Formada em magistério, em 2004 teve a oportunidade de trabalhar na alfabetização de jovens e adultos pescadores e filhos pescadores na colônia.

Como suas tias, a rotina no trabalho na pesca começou cedo, aos 8, 9 anos. Ela recorda que pela manhã ia à escola e se desse maré a tarde ela acompanhava a mãe e as tias Joana e Margarida na cata do sururu.

Miriam chegou à presidência de colônia e assumiu o cargo por dois mandatos. Ela nos conta que começou a frequentar mais intensamente o espaço físico da colônia quando ia limpar o peixe (pescado pela armadilha “gamboa”) e colocar pra pesar e secar. Nessa época, sua tia Joana já era presidente. A partir de 1998 sua atuação no espaço se intensificou ainda mais, pois naquele período, o secretário Bil precisava se ausentar para resolver assuntos da colônia e solicitava que Miriam ficasse em seu lugar para dar assistência aos pescadores. Assim, ela se organizava entre limpar o peixe e também resolver questões da secretaria. Aos poucos foi aprendendo o *manejo* do trabalho. Neste mesmo ano, o antigo secretário foi convidado a trabalhar na Pastoral dos Pescadores e Miriam assumiu o cargo, aclamada pela comunidade pesqueira em assembleia. Após essa experiência, ela participou de uma chapa e foi eleita secretária. Após esse mandato ela se candidatou presidente e permaneceu dois mandatos no cargo.

---

<sup>12</sup> Texto baseado em entrevista concedida à Lívia Froes, no dia 22/04/2013, na colônia Z-10, em Itapissuma. A entrevista faz parte das atividades da pesquisa: “*Transversalidade de gênero nas políticas públicas, nas relações de poder e no trabalho: o cotidiano das mulheres na cadeia produtiva da pesca artesanal*”, coordenado pela profa. Dra. Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão/UFRPE. O projeto encontra-se em andamento e realizaremos mais entrevistas com mulheres pescadoras.

Chegar a essa posição não foi fácil, pois como Miriam mesmo nos conta foi preciso que ela mesma acreditasse que fosse capaz de assumir tamanha responsabilidade. Ela relatou: *“No início eu não queria, não queria fazer parte de diretoria, não queria fazer parte de nada!”*. Segundo ela, o trabalho é difícil, além de estar sempre resolvendo problemas internos, quem está no cargo de presidência precisa constantemente se ausentar da colônia, participar de reuniões, formações, viagens. No entanto, mesmo tendo ciência de que o desafio era grande Miriam nos conta foi preciso encará-lo, pois ela percebia a necessidade de pessoas dispostas e com coragem de buscar e garantir os direitos das pescadoras e pescadores.